



RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis Individuais da Allianz Saúde S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

Indicadores de desempenho
Em 31 de dezembro de 2016, os prêmios reduzidos da Allianz Saúde totalizaram R\$ 446 milhões (R\$ 429 milhões em 2015), representando uma redução nominal de 9%. Os sinistros retidos totalizaram R\$ 480 milhões (R\$ 556 milhões em 2015), reduzidos em 25% quando comparados ao mesmo período anterior. Ao final de 2016, o prejuízo da seguradora foi de R\$ 16 milhões (R\$ 178 milhões em 2015).

Em 31 de dezembro de 2016, o patrimônio líquido da Allianz Saúde totalizou R\$ 192 milhões (R\$ 203 milhões em 2015), passando as ações representativas do capital social a ter o valor patrimonial de R\$ 2.791,61 por lote de mil ações.

Relevância para o Grupo Allianz
O mercado de seguros saúde é considerado estratégico para o Grupo Allianz e depois do ajuste do portfólio em 2015 e 2016, a estratégia da seguradora é de retomada de crescimento gradual e sustentável para o triênio 2016-2018. Tal afirmação é confirmada nos investimentos realizados nos últimos exercícios. Por meio do Comitê Financeiro e de Risco do Grupo Allianz (Group Finance and Risk

Committee), para os exercícios compreendidos entre 2014 a 2016, foram destinados R\$ 393 milhões que permitiram a manutenção da capacidade econômico-financeira da seguradora, não esgotando a possibilidade de novos aportes, caso necessário.

Além dos investimentos, a Allianz Saúde está trazendo importantes inovações em seus processos e produtos.

Política de reinvestimentos de lucros e distribuição de dividendos
A destinação do lucro apurado em cada exercício social é proposta pela Diretoria por ocasião das demonstrações financeiras. A aprovação desta proposta está condicionada ao Parecer dos acionistas da seguradora, devidamente registrado em Ata na qual constará, entre outras informações e, caso aplicável, a parcela do lucro líquido ajustado que será distribuída a título de dividendos e a parcela do lucro que será retida para preservação e manutenção do capital social aplicado.

Aos acionistas fica assegurado, pela legislação societária, o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei.

Em 31 de dezembro de 2016 a seguradora apresentou prejuízo de R\$ 16 milhões, registrados na rubrica Prejuízos Acumulados. A distribuição de dividendos não foi proposta.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)

ATIVO	NOTA	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE		68.350	138.709
DISPONÍVEL.....	5	35.413	44.109
REALIZÁVEL		32.937	94.600
Aplicações Financeiras.....	6.1	10.483	81.307
Aplicações Vinculadas a Provisões Técnicas.....	10.2	10.483	81.307
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde.....	7.1	13.501	6.178
Prêmio a Receber.....		10.007	4.797
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde.....		3.494	1.381
Despesas Diferidas.....		386	286
Créditos Tributários e Previdenciários.....	8	8.356	6.583
Bens e Títulos a Receber.....		204	242
Despesas Antecipadas.....		7	4
ATIVO NÃO CIRCULANTE		272.083	219.062
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		271.580	218.279
Aplicações Financeiras.....	6.1	239.029	184.775
Aplicações Vinculadas a Provisões Técnicas.....	10.2	107.056	93.976
Aplicações Não Vinculadas.....		131.973	90.799
Créditos Tributários e Previdenciários.....	8	16.589	18.510
Depósitos Judiciais e Fiscais.....	11.1	15.962	14.994
IMOBILIZADO		9	503
Imobilizado de uso Próprio.....		503	783
TOTAL DO ATIVO		340.433	357.771

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

PASSIVO	NOTA	2016	2015
PASSIVO CIRCULANTE		126.387	132.164
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde.....	10.1	101.275	109.275
Provisões de Prêmio/Contraprestações.....		4.089	4.171
Provisão para Remissão.....		505	849
Provisão de Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços.....		32.445	24.923
Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA).....		64.236	79.332
Débitos de Operações de Assistência à Saúde.....		2.997	3.017
Comercialização sobre Operações.....		2.892	2.938
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde.....		105	79
Provisões.....		10.490	7.705
Provisão para Ações Judiciais.....	11.1	10.490	7.705
Tributos e Encargos Sociais a Recolher.....	12	2.037	4.773
Débitos Diversos.....	13	9.588	7.394
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		21.880	23.082
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde.....	10.1	3.815	3.781
Provisão para Remissão.....		71	209
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para o SUS.....		3.744	3.572
Provisões.....		18.065	19.301
Provisão para Ações Judiciais.....	11.1	18.065	19.301
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14	192.166
Capital Social.....		208.580	500.415
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....		(189)	(2.055)
Prejuízos Acumulados.....		(16.225)	(295.835)
TOTAL DO PASSIVO		340.433	357.771

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais)

	Capital /Patrimônio Social	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	280.415	(2.044)	(117.859)	160.512
Aumentos de Capital.....	220.000	-	-	220.000
Ajustes de Instrumentos Financeiros.....	-	(11)	-	(11)
Resultado do Exercício.....	-	-	(177.976)	(177.976)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	500.415	(2.055)	(295.835)	202.525
Aumentos de Capital.....	4.000	-	-	4.000
Redução Capital Social.....	(295.835)	-	295.835	-
Ajustes de Instrumentos Financeiros.....	-	1.866	-	1.866
Resultado do Exercício.....	-	-	(16.225)	(16.225)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	208.580	(189)	(16.225)	192.166

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Allianz Saúde S.A. (Seguradora), controlada da Allianz Seguros S.A., fundada em 2001, é uma sociedade de capital fechado, com sede em São Paulo, situada na Rua Eugênio de Medeiros, 303 cujo controlador em última instância é a Allianz SE. O Grupo Allianz é um dos maiores conglomerados seguradores e financeiros do mundo. Seu objetivo consiste na exploração das operações de seguro saúde em grupo sendo conduzida em conjunto com a controladora. Sua área de atuação se dá em todo o território nacional.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Seguradora estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, que incluem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), de acordo com os critérios estabelecidos no plano de contas instituído pela Resolução Normativa nº 390, de 03 de dezembro de 2015, e alterações da Resolução Normativa nº 344, de 20 de dezembro de 2013.

Conforme previsto na referida Resolução Normativa nº 390, a Seguradora optou por apresentar as demonstrações dos fluxos de caixa (DFC) pelo método indireto.

2.1 Base de elaboração

A preparação das demonstrações financeiras considera o custo histórico com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos a valor justo por meio do resultado.

As referidas demonstrações foram preparadas na pressuposição da continuidade das operações.

2.2 Moeda funcional

A moeda do ambiente econômico principal no qual a Seguradora utiliza na preparação das demonstrações financeiras é o Real (R\$). Exceto quando explicitamente mencionado, os valores estão apresentados em milhares de reais, arredondados para a casa decimal mais próxima.

2.3 Estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Seguradora e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, bem como as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2016 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6 - Aplicações financeiras
- Nota 7 - Crédito das Operações com Planos de Assistência à Saúde (Provisão para Perda sobre Crédito)
- Nota 8 - Créditos tributários e previdenciários
- Nota 10 - Provisões técnicas
- Nota 11 - Depósitos e Provisões judiciais

2.4 Conclusão das demonstrações financeiras

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em reunião realizada em 30 de março de 2017.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão assim definidas:

3.1 Apuração do resultado

O regime de apuração de resultado é o de competência. As receitas com prêmios de seguros e suas respectivas despesas diferidas são apropriadas no resultado de acordo com o período de cobertura do risco.

3.2 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são classificados e mensurados de acordo com as seguintes descrições:

3.2.1 Caixa e equivalente a caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem numerário em caixa e investimentos financeiros que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo e não são vinculadas a cobertura de provisões técnicas ou dadas em outras formas de garantia, sendo utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.2.2 Valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado se a Seguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos, alinhadas ao gerenciamento dos passivos oriundos das operações de seguros. Esses ativos são registrados pelo valor justo, e as mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

3.2.3 Mantidos até o vencimento

Os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento são caracterizados pela não intenção na alienação antes do seu vencimento, não comprometendo a capacidade financeira da Seguradora.

São reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuídos. Após reconhecimento, estes instrumentos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável e acrescidos dos rendimentos auferidos.

3.2.4 Disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Esses ativos são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas líquidas dos efeitos tributários dentro do patrimônio líquido. No momento em que estes ativos são alienados, os saldos anteriormente classificados no patrimônio líquido são reconhecidos no resultado do período.

3.2.5 Valor justo dos ativos financeiros

O valor justo dos ativos financeiros é avaliado da seguinte forma: (i) títulos públicos - apurados com base nos preços de mercado secundários divulgados pela Associação Brasileira de Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais (ANBIMA); (ii) as quotas de fundos de investimento de valor justo e balanço pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do período. Os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo, em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades.

3.2.6 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são caracterizados como uma obrigação contratual de pagamento de determinada importância em moeda ou em outros instrumentos financeiros. Os passivos financeiros contemplam substancialmente obrigações com fornecedores e contas a pagar.

3.2.7 Redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber

A estimativa de perda para riscos sobre crédito dos valores a receber oriundos das operações com planos de assistência à saúde foi constituída com base na parcela do prêmio que pode não ser recebida. A metodologia desta estimativa considera o percentual de *default* por *aging* obtidos através da análise histórica de pagamentos.

Os montantes das estimativas constituídas são julgados suficientes pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização de créditos e contas a receber.

3.3 Imobilizado

O ativo imobilizado é avaliado pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil econômica estimada de cada parte de um bem do imobilizado, compreendido substancialmente por equipamentos e veículos. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior ao seu valor contábil.

A apuração do ganho ou perda na alienação de um item do ativo imobilizado é calculada entre o valor efetivo recebido na alienação e o valor contábil residual do bem, sendo registrado no resultado do período.

3.4 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 para o exercício. A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada até agosto de 2015, considerando à alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2016, para setores financeiros e segurador, à alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no

patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de reconhecimento. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

3.5 Provisões técnicas

As provisões técnicas constituídas refletem a perspectiva de desembolsos futuros incertos quanto à ocorrência e valor, tendo como base os critérios e métodos descritos em notas técnicas ou documentos técnicos em poder da ANS.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com determinações contidas na Resolução Normativa nº 209 de dezembro de 2009, com base em critérios e parâmetros documentados em Nota Técnica Atuarial e devidamente aprovadas na ANS.

3.5.1 Provisão de benefícios concedidos - remissão

É constituída para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão por morte do segurado titular, que garante aos beneficiários inscritos na apólice a cobertura prevista nas Condições Gerais, sem o pagamento do prêmio correspondente. O desembolso é determinado com base em cálculos atuariais, observando aos dispostos nas Resoluções Normativas nº 393/15 e nº 104/05 da ANS. A provisão é calculada individualmente por beneficiário, onde é considerado o período de remissão, o valor médio dos sinistros da carteira por plano e faixa etária. O valor resultante do cálculo é ajustado a valor presente utilizando-se a taxa de juros livre de risco (SELIC).

3.5.2 Provisão de sinistros a liquidar - PLSR

A provisão de sinistros é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data das demonstrações financeiras.

3.5.3 Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - PEONA

A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados é constituída para fazer frente aos pagamentos dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados, sendo calculada com metodologia *Chain Ladder* tendo por base o desenvolvimento dos montantes de sinistros ocorridos, distribuídos pelas datas de sinistros, incluindo os casos em ação judicial, movimentados até a data base de cálculo, serão utilizados 36 períodos de desenvolvimento e agrupamento mensal.

3.5.4 Provisão para prêmios ou contribuições não ganhos - PPNCG

A provisão para prêmios ou contribuições não ganhos (PPNCG) é calculada *pro rata die*, com base nos prêmios de seguro saúde, sendo constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos a decorrer dos contratos de seguros, cuja vigência tenha iniciado.

3.5.5 Provisão a liquidar - SUS

A provisão é constituída com base nos pedidos de ressarcimento de despesas pelo uso do Sistema Único de Saúde - SUS, realizado por segurados conveniados da Seguradora. O reconhecimento ocorre no momento do recebimento do aviso, emitido pelo SUS.

A Seguradora analisa os casos, emitido pelo SUS, e efetua o ressarcimento daqueles valores que efetivamente são devidos.

3.6 Provisões, passivos e ativos contingentes

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Seguradora tem uma obrigação legal ou contratual que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para a liquidar a obrigação.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma provável obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados nas demonstrações financeiras.

3.7 Benefícios aos colaboradores

As despesas com benefícios obrigatórios e espontâneos concedidos aos colaboradores são lançadas como despesa à medida que ocorrem.

A Seguradora é patrocinadora de plano de previdência privada, administrado por instituição de previdência contratada para esta finalidade, para seus colaboradores e administradores, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento destinado a essa finalidade com predominância em renda fixa. Os aportes mensais são calculados com base em salário base de contribuição do participante.

A Seguradora possui programa de participação dos colaboradores nos lucros que considera na sua composição indicadores de desempenho interno e o alcance de metas, não estando desta forma, restrito ao resultado líquido apurado de cada exercício, conforme disposto na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2020, devidamente acordado com o sindicato representativo da categoria, sendo o valor correspondente registrado em "Obrigações a pagar".

O rol de benefícios contempla ainda assistência médica ou seguro saúde, plano odontológico, auxílios: alimentação, refeição, combustível, creche, casamento e natalidade, complementação ao auxílio doença, seguro de vida em grupo e assistência funeral, e são reconhecidas a medida que incorridas.

4. GESTÃO DE RISCOS

A Seguradora possui uma estrutura de gestão de risco que segue os padrões do Grupo Allianz e reflete o seu tamanho, natureza e complexidade. Esta estrutura é liderada pelo *Chief Risk Officer (CRO)*, que tem sob a sua responsabilidade a área de Riscos e Controles Internos.

O CRO e sua estrutura assumem um papel como parte de uma "segunda linha de defesa", e tem como finalidade monitorar se a Seguradora está sendo gerida dentro do apetite de riscos da alta Administração e seus acionistas. A estrutura de gestão de riscos, através de um conjunto de metodologias e ferramentas próprias de gestão de riscos, permite também identificar e avaliar se há riscos que a Seguradora encontra-se exposta que possam estar fora da sua tolerância. Assim, é possível avaliar se há riscos que demandam uma estratégia de mitigação de forma a evitá-los, mitigá-los, transferi-los através de resseguro, ou simplesmente aceitá-los conscientemente como partes dos negócios.

O processo de gestão de riscos conta com a participação de todos os negociados da Seguradora que possuem responsabilidades relativos à gestão de riscos dentro das suas áreas de atuação. Essa abordagem permite a identificação dos riscos que possam ter um impacto significativo nas operações da Seguradora e também no seu desempenho financeiro e econômico. Caso estes riscos venham a se materializar, a alta Administração e o Grupo Allianz tomarão as medidas necessárias para restaurar e preservar a continuidade de suas operações e a sua posição econômico-financeira.

A estrutura de gestão de riscos da Seguradora é descrita mais detalhadamente nas próximas seções.

4.1 Governança de risco

Uma governança corporativa bem definida é um pilar fundamental para permitir que a estrutura de gestão de riscos e sistema de controles internos da Seguradora opere efetivamente. A Seguradora possui um Conselho de Administração, cujas funções incluem convocação de Assembleia dos Acionistas, aprovação dos relatórios, escolhas dos auditores externos, dentre outras responsabilidades. Cabe ao Comitê Executivo definir as ações estratégicas e assegurar que elas sejam implantadas de forma a garantir o sucesso da Seguradora.

A estrutura de governança de gestão de riscos da Seguradora segue os padrões e princípios estipulados pelo Grupo Allianz e é formada por um conjunto de Comitês que possuem mandatos específicos e documentados.

O Comitê de Risco (RiCo) tem como objetivo principal garantir que as estratégias, políticas e os processos de gestão de riscos da Seguradora operem de forma eficaz para assegurar que os riscos significativos da empresa sejam adequadamente identificados, avaliados e mitigados. O Comitê de Riscos, que se reúne regularmente, é liderado pelo CRO e tem como membros Diretores Executivos e representantes do Grupo Allianz. Isto garante a completa independência do CRO e também mitiga potenciais conflitos de interesse. Para reforçar esta independência, o CRO possui linha direta de reporte com o CRO do Grupo Allianz e sua equipe de gestão de riscos corporativos do Grupo e uma linha indireta com o CEO.

Há outros comitês que complementam a governança de gestão de riscos da Seguradora cujas responsabilidades são focadas em esferas e áreas de riscos específicos. Os comitês mais relevantes são:

- O Comitê de Ética avalia periodicamente a necessidade de atualização, reformulação, modernização e cumprimento do Código de Ética da Seguradora, que é a referência máxima da Seguradora e do Grupo Allianz na condução dos seus negócios;

Capacitação financeira

A seguradora direcionou seus estudos no sentido de operar sua condição de manter os títulos classificados até o vencimento sem prejuízo às suas operações.

A comprovação da capacidade financeira da Allianz Saúde S.A. foi baseada em análise do fluxo de caixa mensal da seguradora, contemplando um período de cinco anos. Foram individualizados os fluxos cujos resultados finais foram negativos e agrupados em períodos de seis meses, face à atualização dos títulos serem refletidos por ocorrência do encerramento de balanço. Ao final de todos os cálculos, o maior valor obtido através da segregação dos fluxos negativos foi inferior à posição efetivamente considerada como disponível para negociação.

Planejamento estratégico

O planejamento estratégico tem como principal objetivo aumentar a

Os prêmios a receber, classificados na rubrica "Empréstimos e recebíveis" foram segregados em pessoa jurídica, utilizado rating individual das agências classificadoras e rating Brasil, definido pela S&P, quando não disponíveis pelas mesmas e pessoa física, incluídos na categoria "sem classificação de rating".

		31.12.2016					
Agência Classificadora	S & P / Fitch Atlantic	brAA; brAA+; brAAA;	brA; brA-; brA+; brA-1; brA-2; brA-3	brBB+; brBBB-; brBBB+; brC; brCCC; F1+(bra); F2(bra); B; BB			
	MOODY'S	Aa1.br; Aa2.br; Aa3.br; Aaa.br	A1.br; A2.br; A3.br	Ba1.br; Baa3.br; BR-1; BR-2; BR-3			
	A.M Best Company	A+; A++	A; A-	B++	Sem Classificação	Rating	Total
Disponíveis para venda							
Títulos de renda fixa públicos				249.512			249.512
Fundos de investimentos - equivalente de caixa		858	24.374	549		6.394	32.175
Empréstimos e recebíveis							
Prêmios a receber			37.571	250.061		6.394	195.188
Exposição máxima ao risco de crédito		858	13.805	250.061		6.394	235.161

		31.12.2015					
Agência Classificadora	S & P / Fitch Atlantic	brAA; brAA+; brAAA;	brA; brA-; brA+; brA-1; brA-2; brA-3	brBB+; brBBB-; brBBB+; brC; brCCC; F1+(bra); F2(bra); B; BB			
	MOODY'S	Aa1.br; Aa2.br; Aa3.br; Aaa.br	A1.br; A2.br; A3.br	Ba1.br; Baa3.br; BR-1; BR-2; BR-3			
	A.M Best Company	A+; A++	A; A-	B++	Sem Classificação	Rating	Total
Disponíveis para venda							
Títulos de renda fixa públicos				183.800			236.079
Mantido até o vencimento							
Títulos de renda fixa públicos			29.027				29.027
Fundos de investimentos - equivalente de caixa		20.922	11.845	6.476		1.200	40.443
Empréstimos e recebíveis							
Prêmios a receber			6.178				6.178
Exposição máxima ao risco de crédito		20.922	99.329	190.276		1.200	311.727

4.3.2 Riscos de mercado
O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuações dos mercados financeiros, que causam mudanças na avaliação econômica de ativos e passivos em virtude de flutuações nas taxas de juros, preços e taxas de câmbio.
Mensalmente a área de riscos fornece para a área de *asset management* um relatório em que são considerados os valores de mercado de todos os ativos e os impactos nesses valores em caso de alteração na taxa de juros tanto na margem de solvência da Seguradora quanto em seu resultado financeiro.
Há outras considerações importantes que precisam ser analisadas para permitir que o risco de mercado seja bem gerenciado e mitigado como, por exemplo, o monitoramento e análise contínua de sensibilidade de juros. O Comitê de Investimentos também impõe limites relacionados à exposição da carteira em risco de mercado.

4.3.2.1 Risco de juros
O risco na taxa de juros resulta da variação na taxa de juros de mercado dos ativos que compõem o portfólio da Seguradora, impactando seus preços e, consequentemente, a rentabilidade do mesmo.
Os ativos são classificados como disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e a preço de mercado (valor justo). A avaliação desses ativos é feita pelo banco custodiante com base em manual próprio de mercado (valor justo). A avaliação e validada pela área de investimentos.
O teste de sensibilidade abaixo mostra o impacto de uma alta na taxa de juros nos ativos que compõem a carteira da Seguradora. Vale ressaltar que os investimentos em fundos de investimentos e os LFT's são pós-fixados, não apresentando, portanto, nenhum impacto quanto à variação de taxa de juros.

		31.12.2016			
Classes	Premissas	Saldo Contábil	Efeitos no resultado e Patrimônio líquido	Saldo Ajustado	
Ativos públicos disponíveis para venda					
Pré-fixado	p.p na taxa	20.597	(1.077)	19.520	
Pós-fixados	4 p.p na taxa	228.915	-	228.915	
Outros-valor justo por meio do resultado					
Fundos de investimentos - equivalente de caixa		32.175	-	32.175	
Totais		281.687	(1.077)	280.610	

		31.12.2015			
Classes	Premissas	Saldo Contábil	Efeitos no resultado e Patrimônio líquido	Saldo Ajustado	
Ativos públicos disponíveis para venda					
Pré-fixado	Aumento de 2 p.p na taxa	70.724	(1.114)	69.610	
Pós-fixados	2 p.p na taxa	165.355	-	165.355	
Ativos públicos mantidos até o vencimento					
Pré-fixado	Aumento de 2 p.p na taxa	29.027	-	29.027	
Fundos de investimentos - equivalente de caixa		40.443	-	40.443	
Totais		305.549	(1.114)	304.435	

4.3.2.2 Risco de preço
O risco de preço decorre da variação do preço de negociação de um determinado instrumento financeiro. A Seguradora não possui exposição em ações ou outros ativos financeiros que sofram variação de preço que não os relativos às variações de juros, conforme mencionado no item anterior. Dessa forma, a gestão do risco de preços é realizada exclusivamente por meio da análise de sensibilidade de juros.

4.3.3 Risco de liquidez
O risco de liquidez é o risco no curto prazo de que obrigações de pagamentos correntes ou futuros que não possam ser cumpridos ou cumpridos com condições alteradas. Este risco pode surgir principalmente se existir incompatibilidade entre o calendário de pagamentos e obrigações de financiamento.
Há dois fatores importantes que precisam ser analisados para permitir que o risco de liquidez seja bem gerenciado e mitigado: casamento de ativos e passivos e monitoramento da liquidez da carteira de ativos e passivos originados pelas operações de seguro estão assim apresentados:

		31.12.2016			
Descrição	a vista ou sem vencimento definido	Em até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Acima 3 anos	Total
Caixa e equivalente de caixa	35.413	-	-	-	35.413
Aplicações financeiras	-	10.483	239.029	249.512	499.024
Créditos das operações	-	-	-	-	-
com planos de assistência à saúde	-	13.501	-	-	13.501
Bens e títulos a receber	-	52	-	-	52
Total dos ativos financeiros	35.413	24.036	239.029	298.478	596.956
Provisões técnicas	-	101.275	3.815	-	105.090
Débitos das operações de assistência à saúde	-	2.977	-	-	2.977
Débitos Diversos	3.310	6.278	-	-	9.588
Total dos passivos	3.310	110.550	3.815	-	117.675

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

6.1 A classificação e composição das aplicações financeiras estão detalhadas no quadro a seguir. O portfólio classificado como Valor justo por meio de resultado está apresentado no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimentos:

		31.12.2016				
Disponíveis para Venda	Saldo em 31.12.2015	Aquisição	Alienação	Resultado Financeiro	Ajuste TVM	Saldo em 31.12.2016
Títulos de renda fixa - NTN-F	129.515	141.984	(161.956)	30.324	3.081	249.512
Títulos de renda fixa - LFT	10.483	-	-	-	-	10.483
Títulos de renda fixa - LFT	-	210.904	18.011	-	-	228.915
Totais	140.000	352.888	(143.942)	30.324	3.081	488.870

		31.12.2015				
Disponíveis para Venda	Saldo em 31.12.2014	Aquisição	Alienação	Resultado Financeiro	Ajuste TVM	Saldo em 31.12.2015
Títulos de renda fixa - NTN-F	129.515	337.515	(248.709)	17.778	(20)	236.079
Títulos de renda fixa - LFT	10.483	-	-	-	-	10.483
Títulos de renda fixa - LFT	-	210.904	18.011	-	-	228.915
Totais	140.000	578.429	(230.709)	17.778	(20)	474.769

6.2 A movimentação das aplicações financeiras está assim apresentada:

		31.12.2016				
Disponíveis para venda	Saldo em 31.12.2015	Aquisição	Alienação	Resultado Financeiro	Ajuste TVM	Saldo em 31.12.2016
Mantido até o vencimento	26.215	-	-	2.812	-	29.027
Valor Justo por meio de resultado	11.595	280.500	(253.505)	1.853	-	40.443
Outras Aplicações	976	-	(976)	-	-	976
Totais	38.786	280.500	(254.481)	4.665	(20)	70.446

(*) Fundos de Investimentos - equivalente de caixa

		31.12.2015			
Descrição	a vista ou sem vencimento definido	Em até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Acima 3 anos	Total
Caixa e equivalente de caixa	44.109	81.306	10.831	172.969	44.109
Aplicações financeiras	-	6.178	-	-	6.178
Créditos das operações	-	-	-	-	-
com planos de assistência à saúde	-	106	-	-	106
Bens e títulos a receber	-	106	-	-	106
Total dos ativos financeiros	44.109	87.590	10.831	172.969	315.499
Provisões técnicas	-	109.275	3.781	-	113.056
Débitos das operações de assistência à saúde	-	3.017	-	-	3.017
Débitos Diversos	3.012	4.382	-	-	7.394
Total dos passivos	3.012	116.674	3.781	-	123.467

A Administração considera, para avaliação de seu capital circulante líquido, os ativos financeiros classificados como disponível para venda e com vencimento superior a um ano, tendo em vista a liquidez imediata destes ativos.
O fluxo de aplicações financeiras está apresentado por vencimento e, diante do alto grau de liquidez, os instrumentos financeiros podem ser alienados a qualquer momento, face às necessidades da Seguradora.

4.3.3.2 Fundos de Investimentos
Embora o resgate das quotas em fundos de investimentos seja imediato para a Seguradora, é possível realizar a abertura conforme as classes de ativos e seus vencimentos com o intuito de medir a liquidez dos ativos que os fundos aplicam. Diante das suas características, os fundos de investimentos foram classificados no ativo disponível como equivalente de caixa.
31.12.2016

de 1 a 3 anos	mais que 3 anos	Total	até 1 ano	a 3 anos	mais que 3 anos	Total
2	-	2	1	-	-	1

31.12.2015

de 1 a 3 anos	mais que 3 anos	Total	até 1 ano	a 3 anos	mais que 3 anos	Total
319	519	838	3.197	933	4.130	7.327
-	-	-	2.236	3.635	-	5.871
-	182	127	3.027	1.857	-	4.884
-	1.527	-	10.613	-	355	11.992
-	29.499	-	15.071	-	-	15.071
-	31.529	646	32.175	32.975	3.635	68.825

4.4 Risco operacional
O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, ineficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, de eventos externos.
Excluem-se desse conceito os riscos estratégicos e reputacional. O risco operacional inclui os riscos legais e de compliance. O risco legal e de compliance é o risco de não cumprimento das leis, regulamentos, acordos, práticas vigentes ou padrões éticos aplicáveis que possam expor a Seguradora a multas, disputas judiciais, etc. Este risco considera, inclusive, o risco de que a natureza e cláusulas contratuais dos produtos e serviços prestados possam tornar a instituição particularmente vulnerável a litígios e perdas financeiras.

4.5 Outros riscos
As outras três categorias primárias para a identificação, avaliação e mitigação de riscos são: risco reputacional, risco estratégico e risco de custos.
O risco de reputação é o risco de perda direta ou perda de confiança dos colaboradores por uma queda na reputação da Seguradora, entre os seus *stakeholders* (acionistas, clientes, colaboradores, parceiros de negócios ou o público em geral). Normas e políticas do Grupo devem ser seguidas por todas as empresas do mundo com o intuito de reduzir esse tipo de risco.
Existem também processos e mecanismos que permitem o monitoramento e gestão dos riscos associados com a estratégia da Seguradora e os custos dessa estratégia, como o processo anual de revisão e aprimoramento do plano trienal de cada subsidiária do Grupo que incluem considerações detalhadas de custos atuais e projetados, como também níveis de solvência durante o período do plano.

4.6 Gestão de capital
O Grupo Allianz, através do Comitê de Riscos, mantém um rigoroso controle da posição econômico-financeira da Seguradora.
Os valores da margem de solvência e patrimônio líquido ajustado são acompanhados mensalmente pelos membros do Comitê de Riscos, juntamente com a observância do cumprimento das políticas internas de subscrição visando um crescimento lucrativo da Seguradora. Se algum indicador financeiro ou econômico mostrar qualquer desalinhamento com os objetivos e limites impostos pelo Grupo Allianz e os agentes regulatórios, existem mecanismos e processos que podem ser postos em prática para preservar a saúde financeira e econômica da Seguradora. Estes processos envolvem formulação de planos estratégicos específicos de remediação de prováveis deficiências econômico-financeiras e podem incluir aporte de capital do Grupo Allianz para permitir o ajustamento sustentável da Seguradora.

4.6.1 Cálculo do patrimônio líquido ajustado e margem de solvência
Calculada em consonância com as regras de transição, estabelecida no artigo 6º e no anexo VII da Resolução Normativa ANS nº 373/15, a margem de solvência e o patrimônio líquido ajustado estão assim apresentados:

	31.12.2016
Patrimônio líquido contábil	192.166
(-) Despesas diferidas	(386)
(-) Despesas antecipadas	(7)
Provisão para ações tributárias*	5.798
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	196.872
Margem de Solvência	116.580
(A) 0,20 vezes dos prêmios - últimos 36 meses	191.391
(B) 0,33 vezes da média dos sinistros - últimos 60 meses	89.072
(C) Maior entre (A) e (B)	201.880
(D) 0,20 vezes dos prêmios - últimos 12 meses	201.880
(E) 0,33 vezes da média dos sinistros - últimos 36 meses	201.880
(F) Maior entre (D) e (E)	201.880
X (Parcela em Dinâmica)	55,8%
Suficiência Margem de Solvência**	196,636%
Suficiência	935

* Conforme determinado pela RN nº 209 de 2009 e IN nº 50 de 2012 (DIOPE) - parágrafo único, aplica-se percentual regressivo sobre o montante registrado na rubrica "Obrigações legais", classificadas no passivo não circulante de 31/12/2012. Em 31 de dezembro de 2016 este percentual era de 44% sobre R\$ 13.178.
Até 31 de dezembro de 2022, a margem de solvência para as Seguradoras Especializadas em Saúde que iniciaram suas atividades antes de 22 de dezembro de 2009, poderão observar a seguinte formulação:
****MS= MÁXIMO((C+50%*(F-C)); X*F) - conforme Norma nº 373/15, anexo VII.**

Onde:
C e F: maior valor entre as médias anuais de prêmios e sinistros correspondentes a 100% dos valores no caso de modalidade de preço 0,2 e 0,33 conforme e de 50% dos valores na modalidade múltiplo estabelecido multiplicado pelos fatores de 0,20 e 0,33 conforme em discussão nas linhas na academia.
X: parcela mínima a ser observada apenas para as Seguradoras Especializadas em Saúde, que iniciaram suas atividades antes de 22 de dezembro de 2009.

5. DISPONIBILIDADE - CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

A composição do caixa e bancos e equivalente de caixa está assim apresentada:

		31.12.2016		31.12.2015	
Caixa e Bancos	Valor justo	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Fundos de Investimento - equivalente de caixa		32.175	40.443	32.175	40.443
Totais		35.413	44.109	35.413	44.109

6.3 Hierarquia do valor justo dos ativos financeiros

Para mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Seguradora usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores utilizados são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Seguradora classificou seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

		31.12.2016		31.12.2015	
Aplicações financeiras	Disponíveis para venda	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Disponíveis para venda		249.512	-	236.079	-
Mantido até o vencimento		-	-	29.027	-
Valor justo por meio de resultado*		-	32.175	-	40.443
Totais		249.512	32.175	265.106	40.443

(*) Diante das suas características, os fundos de investimentos foram classificados no ativo disponível.

6.4 Rentabilidade da carteira

Em 2016, o rendimento auferido com os ativos financeiros que compõem a carteira de investimentos da Seguradora totalizou R\$ 40.186 calculado a valor de mercado. Esta rentabilidade representa 14,18% ao ano, representando 101,19% da variação do CDI do período. No exercício de 2015 o retorno total auferido totalizou R\$ 24.376, relativos à taxa média contratada de 11,63% ao ano (88,58% do CDI do período).

7. PRÊMIOS A RECEBER

A composição dos prêmios a receber está assim demonstrada em 31 de dezembro:

7.1 Prêmios a receber por vencimento

		2016				
Descrição	a Vencer	Vencidos			Totais	
		de 1 a 30 dias	de 31 a 90 dias	de 91 a 360 dias		
Prêmio a receber	6.002	3.025	2.560	4.750	16.337	
(-) Redução ao valor recuperável	-	2.018	1.714	2.598	6.330	
Prêmio a receber	6.002	1.007	846	2.152	10.007	
Participação dos Beneficiários em Eventos/Sinistros	-	435	50	1.927	2.482	
Outros créditos operações com planos	-	22	-	990	1.012	



11.2 INSS

11.2.1 Contribuição social e adicional sobre repasses de comissões pagas a corretores e honorários médicos (Processo 2001.61.00.031902-2) - Por meio dessa ação judicial é questionada a obrigação tributária instituída pela Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999 que determina a recolhimento de contribuição social e seu adicional sobre os repasses de comissões pagas a corretores de seguros e honorários médicos decorrentes de indenizações de seguro-saúde comercializados pela Seguradora. A ação foi julgada improcedente, tendo sido interposto recurso em setembro de 2008. O processo aguarda julgamento no Tribunal Regional Federal da 3ª Região. A Seguradora vem efetuando depósitos judiciais dos valores não recolhidos. Em 30/11/2015 foi publicada decisão negando provimento ao Recurso de apelação interposto pela Seguradora. Em 03/12/2015 foram opostos embargos de declaração os quais foram rejeitados. Interposto novo embargos de declaração, estes foram acolhidos, em setembro de 2016, com efeitos interpositivos, para dar parcial provimento ao recurso de apelação, para afastar a incidência da contribuição previdenciária sobre os valores repassados aos médicos pelas operadoras de plano de saúde. Em face ao v. acórdão proferido pelo TRF da 3ª Região, interpusemos recurso extraordinário e aguardamos o julgamento.

11.2.2 Notificações fiscais (Processos Administrativos 37.718.663-0, 37012.407-3, 37012.408-1 e 37.012.406-5)

Processo Administrativo nº 37.718.663-0: versa sobre a exigência de diferenças apuradas no período de jul/01 a nov/05 entre os valores depositados judicialmente pela Seguradora nos autos da AO nº 2001.61.00.031902-2, a título da contribuição previdenciária devida sobre pagamentos realizados a trabalhadores sem vínculo empregatício, e aqueles apurados pelo Fisco. A Seguradora interpôs impugnação, a qual foi julgada improcedente; interposto recurso voluntário, foi o mesmo julgado parcialmente procedente. Em fevereiro de 2015, a Seguradora realizou o pagamento dos valores reclamados no presente processo, o qual foi arquivado em 27/08/2015. Processo Administrativo nº 37.012.407-3: versa sobre a exigência de contribuições previdenciárias referentes ao período de apuração de abr/03 a jul/03 e nov/03, sobre valores que deveriam ter sido retidos dos pagamentos aos trabalhadores sem vínculo empregatício. A Seguradora interpôs impugnação administrativa, julgada improcedente; interposto recurso voluntário, o mesmo aguarda julgamento. Processo Administrativo nº 37.012.408-1: versa sobre a exigência de contribuições previdenciárias relativas ao período de apuração de abr/03 a jul/03 e nov/03, incidente sobre pagamentos realizados a trabalhadores sem vínculo empregatício. A Seguradora interpôs impugnação administrativa, julgada improcedente; interposto recurso voluntário, o mesmo aguarda julgamento. Processo Administrativo nº 37.012.406-5: versa sobre a exigência de declarações de fatos geradores referentes às contribuições previdenciárias relativas ao período de abr/03 a jul/03 e nov/03. A Seguradora interpôs impugnação administrativa, julgada parcialmente procedente. A Seguradora optou por parcelar os débitos objeto do presente processo nos termos da Lei nº 11.941/09. Atualmente, o processo aguarda homologação da quitação do parcelamento.

11.3 Ações cíveis - Ações judiciais iniciadas por segurados e não segurados para cobrança de indenizações oriundas de reclamações diversas cujos pagamentos foram negados, seja pela inexistência de cobertura contratual ou pela inexistência do próprio contrato. São constituídas provisões insuficientes para o pagamento das indenizações e das despesas. Os montantes provisionados no curto prazo e longo prazo são respectivamente R\$ 9.066 e R\$ 940 (R\$ 6.131 e R\$ 3.156 em dezembro de 2015).

11.4 Ações trabalhistas - Reclamações trabalhistas movidas por ex-colaboradores que pretendem receber verbas oriundas do extinto contrato de trabalho. Há também ações trabalhistas movidas por prestadores de serviços que pedem o reconhecimento de vínculo empregatício diretamente com a Seguradora ou sua responsabilidade subsidiária pelo pagamento de verbas trabalhistas que entendem devidas pela empresa prestadora de serviços terceirizados. Os montantes provisionados no curto prazo e longo prazo são respectivamente R\$ 1.425 e R\$ 143 (R\$ 1.574 e R\$ 93 em dezembro de 2015).

11.5 Contribuição social (Processo 16327.000437/2006-02) - A Seguradora foi autuada pela não adição de valores depositados judicialmente a título de contribuição ao INSS (parte empresa) na base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido referente aos períodos de 2002 e 2003. A Seguradora apresentou impugnação administrativa, a qual foi julgada improcedente e interposto recurso voluntário. Em 26 de novembro de 2009, a Seguradora aderiu ao parcelamento do débito objeto desse processo administrativo em razão da Lei nº 11.941/09, desistindo do recurso voluntário, bem como de todas as alegações de direito sobre as quais o processo administrativo se fundamenta. O parcelamento foi consolidado pela Receita Federal do Brasil e liquidado no decorrer do exercício. Em 15/08/2016 foi proferido despacho decretando a extinção do processo por quitação do parcelamento, tendo os autos sido remetidos ao arquivo na mesma data.

11.6 Movimentação das ações judiciais - O quadro abaixo demonstra como as ações judiciais se desenvolveram nos períodos. A rubrica "Novas constituições no período" representam as reavaliações positivas ocorridas até a data do balanço e contemplam novas ações registradas no período e de citações imprevistas em períodos anteriores. A rubrica "Baixa por êxito ou por alteração de estimativas" decorre de reavaliações negativas ocorridas até a data do balanço e baixa por êxito, quando do desfecho da ação.

Descrição	Ações Trabalhistas		Ações Cíveis		Ações Relacionadas a Sinistros	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Saldo no início do exercício	1.667	920	9.287	8.854	3.653	582
Total pago no período.....	(32)	-	(751)	(1.047)	(1.230)	(2.255)
Novas constituições no período	322	747	2.710	4.725	4.702	6.749
Baixas por êxito ou por alteração de estimativas.....	(389)	-	(1.240)	(3.245)	(564)	(1.423)
Saldo final do exercício	1.568	1.667	10.006	9.287	6.561	3.653

A DIRETORIA

ATUÁRIO:
Almir Martins Ribeiro
Atuário MIBA nº 707

CONTADOR:
Fernando Siqueira Alencar
Contador CRC 15P-213784/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores da Allianz Saúde S.A. São Paulo - SP

Objetivo
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Allianz Saúde S.A. ("Seguradora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações individuais do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Allianz Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde - ANS.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Seguradora de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor
A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho

12. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2016	2015
IOF e Contribuições Previdenciárias	-	1.658
Imposto Renda Retido - IRRF	742	1.001
PIS e COFINS	612	1.221
Outros.....	683	893
Total	2.037	4.773

13. DÉBITOS DIVERSOS

Descrição	Vencidos	2016			2015					
		A Vencer - Dias			A Vencer - Dias					
		1 a 30	31 a 180	181 a 365	1 a 30	31 a 180	181 a 365			
Forneceções e outras obrigações.....	2.800	2.234	6	-	5.040	1.841	17	191	-	2.049
Obrigações trabalhistas.....	510	408	3.426	204	4.548	1.171	442	3.511	221	5.345
Totais	3.310	2.642	3.432	204	9.588	3.012	459	3.702	221	7.394

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1 Capital social - Subscrito e integralizado no valor de R\$ 208.580 (R\$ 500.415 em dezembro de 2015) está composto por 68.836.985 de ações ordinárias (165.150.190 em dezembro de 2015) nominativas sem valor nominal.

O aumento de capital aprovado em Assembleia Geral realizada em 28 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 4.000, foi aprovado pela JUCESP em 01 de fevereiro de 2017.

14.2 Ajuste de avaliação patrimonial - Resultado do valor da avaliação dos instrumentos financeiros classificados como disponíveis a venda ao seu valor justo. Em 31 de dezembro de 2016 o montante registrado nessa rubrica é de R\$ (189) (R\$ (2.055) em dezembro de 2015).

14.3 Prejuízos acumulados - Durante o exercício de 2016 foi proposta pela Diretoria redução do capital social da Seguradora, através da absorção do saldo constante na rubrica "Prejuízos Acumulados", no montante de R\$ (295.835), aprovado através da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 31 de março de 2016. Ao final de 2016, o prejuízo apurado nas demonstrações de resultados, totalizou R\$ (16.225).

O Estatuto Social da Seguradora prevê a constituição das seguintes reservas: (i) Reserva legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, não podendo ultrapassar 20% do capital social; (ii) Reserva estatutária de retenção de lucros - constituída através da parcela retida do lucro líquido apurado em cada exercício social, com o objetivo de preservar a manutenção do capital aplicado nos negócios da Seguradora ou para a distribuição de dividendos extraordinários. Em função dos resultados apresentados pela Seguradora, ao final de 2016, não houve constituição das referidas reservas.

15. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADOS

	2016	2015
15.1 Prêmios retidos	445.699	488.710
Prêmios emitidos	640.248	819.839
Prêmios cancelados e restituídos	(194.549)	(331.129)
15.2 Tributos diretos das operações com planos de assistência à saúde	(2.534)	(344)
COFINS operacional	(2.180)	(296)
PIS operacional	(354)	(48)
15.3 Sinistros retidos	(419.555)	(555.895)
Sinistros avisados.....	(454.616)	(583.949)
Recuperação de sinistros	19.965	7.469
Varição da provisão de sinistros ocorridos e não avisados.....	15.096	20.585
15.4 Despesas de comercialização	(42.020)	(40.108)
Comissão sobre prêmio emitido/agenciamento	(41.842)	(39.261)
Outras despesas de comercialização.....	(178)	(847)
15.5 Outras receitas operacionais	5.133	606
Baixa por ganho de ação fiscal	3.460	-
Cobrança	1.673	606
15.6 Outras despesas operacionais	2.142	66.007
Despesas com administração e cobrança de apólices	(48)	(84)
Manutenção da rede credenciada	(2.521)	(1.416)
Provisão para contingência operacional.....	(1.859)	(1.669)
Encargos sociais de operações com seguros	(837)	(1.091)
Varição da provisão para riscos sobre créditos	7.597	70.395
Material de produtos - Marketing.....	(190)	(128)
15.7 Despesas administrativas	(42.878)	(51.091)
Pessoal.....	(30.983)	(31.661)
Serviços de terceiros.....	(4.328)	(8.165)
Localização e funcionamento	(4.847)	(3.822)
Publicidade e propaganda.....	(27)	(380)
Taxa de Saúde Suplementar.....	(460)	(339)
Impostos federais	-	(4.194)
Outras.....	(2.233)	(2.530)

	2016	2015
15.8 Receitas financeiras	40.799	27.479
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda	30.334	18.018
Juros sobre ativos financeiros aos valores justo por resultado	3.846	1.853
Juros sobre ativos financeiros mantidos até o vencimento	973	2.812
Juros recebidos sobre aplicações financeiras	1.952	1.947
Juros Selic sobre impostos federais.....	1.638	1.386
Operações de seguros	2.056	1.463
15.9 Despesas financeiras	(855)	(976)
Despesa financeira com ação judicial	(94)	(89)
Operações Financeiras IOF	(421)	(457)
Ativos financeiros disponíveis para venda.....	(10)	(240)
Outras despesas	(330)	(190)
15.10 Resultado Patrimonial	(21)	(26)
Outros Investimentos.....	53	-
Prejuízo na alienação de bens permanentes	(74)	(26)

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Saldos em 31.12.2016	Saldos em 31.12.15
Resultado antes dos impostos e após as participações	(15.520)	(65.857)
Aliquotas nominais		
IRPJ - 25%	3.880	16.464
CSLL - 20% (15% em 2015).....	3.104	9.878
Efeito das (adições)/exclusões:		
Ajustes Permanentes	(1.277)	(2.244)
Provisões para contingências fiscais e cíveis.....	(711)	(546)
Provisões para perdas	3.418	30.501
Provisões com funcionários.....	198	(286)
Outras provisões	(55)	637
Tributos diferidos correntes	8.557	54.404
Créditos tributários sobre diferenças temporais	(705)	(30.151)
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	(8.557)	(136.372)
Imposto de renda e contribuição social do período	(705)	(112.119)

De acordo com a Resolução Normativa nº 290/12 o ativo fiscal diferido constituído de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social não foi corrente durante o exercício de 2016 em função da Seguradora não apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis, para fins de imposto de renda e contribuição social, nos últimos três exercícios, incluindo o exercício em referência.

17. PARTES RELACIONADAS

A Diretoria identificou como partes relacionadas à Seguradora, seu controlador Allianz Seguros, seus diretores e demais membros-chaves da diretoria e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05.

A remuneração paga aos diretores, registrada na rubrica "Despesas administrativas", referentes a beneficiários de curto prazo, totalizou, em 31 de dezembro de 2016 R\$ 331.

Abaixo seguem os montantes de Partes Relacionadas:

Partes Relacionadas	2016				2015			
	Ativo	Passivo	Receita	Despesa	Ativo	Passivo	Receita	Despesa
Allianz Global Corporate & Specialty Resseg	-	-	943	-	-	-	731	-
Brasil S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Allianz Global Benefits GMBH..	-	-	-	3	-	-	-	-
Allianz Seguros S/A.....	-	250	13.942	1.603	-	136	11.382	1.484
Euler Hermes Seguros de Crédito S.A	-	-	785	-	-	-	659	-
Mondial Serviços Ltda	12	-	2.509	-	1	-	1.673	-
TOTAL	12	250	18.179	1.606	1	136	14.445	1.484

18. NOVOS PRONUNCIAMENTOS AINDA NÃO ADOTADOS

Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Seguradora, encontra-se o IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes, substituirá a orientação sobre o reconhecimento de receitas que existe atualmente. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018. Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados e serão concluídos à data da entrada em vigor das normas.

realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de

auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança da Seguradora a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2017



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Luciene Teixeira Magalhães
Contadora CRC RJ-079849/O-3